Apelo a contributos /Call for Papers

Dossier: Austeridade e Regimes de bem-estar e de sexo/género

Coordenação: Virgínia Ferreira e Sílvia Portugal

 Desde 2008 que a crise económico-financeira, social e política e as medidas políticas implementadas para a enfrentar têm provocado alterações significativas no que respeita aos níveis de bem-estar e proteção social de setores significativos da população, principalmente na Europa e na América do Norte. Marcadas pela austeridade e pela retração da despesa pública em proteção social e apoio ao crescimento económico, as políticas públicas têm exacerbado as desigualdades sociais, na medida em que tendem a privatizar os riscos sociais e a desregulamentar os mercados de trabalho. Apesar de a literatura sobre a atual crise e a austeridade ser já abundante, nela raramente encontramos uma perspetiva em que os impactos ao nível dos regimes de sexo/género sejam analisados.

 Embora as primeiras manifestações da crise tenham atingido primordialmente os setores mais masculinizados do emprego, vários estudos têm vindo a mostrar que o emprego feminino não deixou de ser afetado principalmente como consequência das medidas de austeridade adotadas pelos governos para “combater” a crise, entre as quais se destacam os cortes nos apoios sociais, o aumento dos impostos e a redução dos efetivos da administração pública. O princípio do universalismo tem vindo a ser abandonado em favor da seleção. A generalização da condição da insuficiência de meios dos agregados familiares reforça o papel da família e reduz a autonomia das mulheres em áreas chave da cidadania, a nível individual, social e político. As mulheres são uma vez mais relegadas para a “caixa fechada” da família, de onde lutaram para sair ao longo das últimas décadas. A retração do estado de bem-estar formal leva a um reforço da “sociedade-providência” informal, cujo principal pilar é a família, que por sua vez tem no trabalho não remunerado das mulheres a sua principal fonte de sustentação. Resta, portanto, saber como o reforço do carácter contratualista do regime de cidadania e bem-estar, como via de acesso ao gozo de direitos sociais, tem implicado a transformação das relações sociais de sexo/género e as respetivas implicações em todas as esferas da vida pessoal, familiar, social, económica e política.

 Estas mudanças colocam enormes desafios aos estudos feministas, sobre as mulheres e de género. Daí o interesse da *ex æquo* em coligir e visibilizar análises que incluam esta perspetiva, independentemente da área científica de onde provenham (estudos sobre as mulheres/de género/feministas, sobre políticas sociais, ou de áreas disciplinares como a sociologia, economia, direito, psicologia, etc.).

 Neste dossier temático serão aceites contributos que tenham como objeto de análise as mudanças em curso nos regimes de bem-estar e de sexo/género em consequência das políticas de austeridade adotadas para fazer face à atual crise económico-financeira. São bem-vindos contributos incidentes quer sobre estudos de caso (de regiões, de países, de sectores económicos, etc.), quer adotem uma perspetiva comparada internacional. Embora outros tópicos não estejam à partida excluídos, serão privilegiadas as análises que reflitam teórica e empiricamente sobre os seguintes:

1. Políticas de austeridade e modelos económico-sociais, de cidadania e de sexo/género;
2. Análises feministas sobre os impactos diferenciais das políticas de austeridade nos padrões de segregação dos mercados de trabalho em regiões/países, sectores de emprego, trabalho remunerado/não remunerado e grupos sociais (em função do sexo, etnia, orientação sexual, classe social, idade, etc.);
3. Efeitos da crise e das políticas de austeridade sobre os modelos de proteção social e as suas implicações nas relações sociais de sexo/género;
4. Investimento social – mudanças e efeitos sobre a articulação da vida profissional e familiar;
5. Discursos sobre a crise e as políticas austeritárias e respetivas implicações para as representações sobre as identidades e as relações de sexo/género;
6. O regime de sexo/género e os limites do contratualismo;
7. Endividamento e gestão dos orçamentos familiares;
8. Desemprego jovem, precarização, limitações de acesso ao crédito para habitação – impactos sobre projetos de autonomização pessoal;
9. O subfinanciamento de centros de investigação e impacto nos estudos feministas, sobre as mulheres e de género;
10. Modalidades de mobilização coletiva e discursos de resistência às políticas austeritárias e respetivas implicações no gender gap;
11. Exploração de futuros alternativos mais igualitários;
12. Reemergência e resistência ao familismo;

**Prazo de envio:**

Envio de artigos com escrupuloso cumprimento segundo normas da revista até **de 15 de março de 2015**, ao cuidado de Virgínia Ferreira e Sílvia Portugal, responsáveis por este Dossier Temático, para apem1991@gmail.com.

Os textos que não respeitarem as normas quanto à extensão, à formatação e ao modo de citar e referenciar as fontes bibliográficas **serão excluídos numa primeira triagem** antes de serem submetidos a arbitragem. No prazo de quatro semanas após a data limite de receção, as/os autoras/es receberão a informação sobre os resultados da primeira triagem e a passagem à etapa seguinte, isto é, a submissão, sob anonimato, à dupla arbitragem científica do texto.